

A polícia e o crime organizado: O delicado balanço de administrar a vida e a morte no Brasil

Resenha (review) de 'The killing consensus: Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil', de Graham Denyer Willis

Sara León Spesny

Pesquisadora do Iris, França

Recebido em: 19/08/2015

Aprovado em: 30/01/2016

O livro *The killing consensus: Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*, publicado em 2015, apresenta, por meio de uma etnografia da Polícia Civil, as complexas formas de regular a vida e a morte no Brasil, apresentadas como um “consenso” entre essa mesma polícia e o crime organizado – neste caso, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Seu autor, Graham Denyer Willis, levou a cabo seu trabalho de campo como então doutorando no *Massachusetts Institute of Technology* e acompanhou o cotidiano dos detetives de homicídios na cidade de São Paulo, tendo acesso às atividades na Delegacia e também às cenas dos crimes e investigações dos detetives. O livro trata, segundo o próprio autor, de cidades, relações sociais e formas de urbanização no “Sul Global”, mas também de circunstâncias, espaços e práticas cotidianas de uma “soberania por consenso”.

O livro é dividido em três partes: (I) *Surviving*, (II) *Killing* e (III) *Debate*, que apresentam dimensões da problemática. A primeira parte repassa as formas de sobreviver em São Paulo, narrando a cidade segundo o trabalho cotidiano da polícia e a análise de seus padrões de violência. O autor também explora as duas formas cotidianas de violência e morte, a polícia e o PCC. A segunda parte se concentra nas formas cotidianas e nas ideias que envolvem a morte no trabalho dos policiais, contrastando os homicídios “normais”, as resistências e noções associadas no horizonte moral do quem merece e pode morrer. A última parte expõe formas de pensar a violência, mostrando repercussões da temática no debate público depois do próprio autor ter escrito um artigo de opinião no *The New York Times*.

Descrições etnográficas do cotidiano e também de algumas cenas de crimes abrem caminho para uma análise de conceitos como soberania, democracia e o papel da polícia e do crime no Brasil. O livro, apaixonante, não deixa escapar questionamentos teóricos de interesse das Ciências Sociais, assim como aporta material empírico inédito – segundo o próprio autor, o livro é o primeiro que estuda em

profundidade o PCC e seu impacto na gestão do crime e dos homicídios. Alguns esclarecimentos metodológicos são apresentados, mas ficam apenas no segundo plano narrativo: neles se relata que o trabalho de campo teve início em 2009 na Polícia Civil e logo depois, especificamente, no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. O autor relata seu lugar no limite entre o dentro e o fora (*insider e outsider*) da instituição, e suas características individuais (estrangeiro, branco, homem), condições nas quais ele se relacionou com seus interlocutores. Além da etnografia da polícia, Denyer fez pesquisas qualitativas (em 2007 e brevemente em 2011) em uma comunidade controlada pelo PCC na zona leste de São Paulo. Por meio de observação e entrevistas com moradores e membros do PCC, o autor explora os processos de governança do grupo, as formas de violência cotidiana e o “salto” do PCC das prisões aos bairros “marginais” paulistas. Finalmente, o autor analisa documentos que continham detalhes da organização do PCC relativos a hierarquia, movimentação de droga e dinheiro, quantidade de armamento e veículos, assim como nome dos associados, passagem pela polícia, lugar de residência, “padrinhos”, lugar de “batismo” dentro da organização etc.

Nesse ponto Denyer define o crime organizado como “o coletivo orientado à segurança baseado em identidade e associação, em que o trabalho é usualmente subdividido para gerar bens e/ou serviços estabelecidos como ilegais pelos Estados existentes” (p. 8). Esses grupos, ironicamente, podem reduzir as taxas de homicídios por meio de pactos, tréguas e outros acordos entre facções e com a polícia. E, mesmo que a unidade do PCC tenha sido negada pelas autoridades, o autor afirma que a organização é atuante e influente em uma ampla escala, dominando espaços e práticas morais, sobretudo no uso da violência (p. 46).

O surgimento do PCC mudou o horizonte da violência em São Paulo. No *estatuto de 1993* fica esclarecida a unidade, identidade e o senso de justiça entre os privados de liberdade que conformam uma rede para combater o sofrimento e a violência dentro das prisões (p. 42). Nas décadas seguintes, no “salto” das prisões para os bairros, o código moral foi sendo delineado, até conformar uma “ética do crime” comum às alas do PCC nos bairros onde operavam facções de tráfico. Essa “ética do crime” começou a ser orientada pelo “princípio de proporcionalidade”, no qual as respostas da violência são mensuradas e governadas, estandardizando castigos ao comportamento desviante. O mais alto escalão da organização, chamado de *sintonia final*, discute e delibera sobre castigos, ações e decisões gerais.

O autor realiza uma análise das estatísticas da violência em São Paulo, fazendo a ressalva de que mesmo que sejam utilizadas por políticos como argumentos de “boas” políticas públicas na questão da segurança, elas são questionáveis na sua fiel reprodução da realidade. Além disso, elas são o resultado do delicado equilíbrio entre as forças legítimas – a polícia – e os movimentos do crime organizado. Aqui, para o autor, o PCC, ao atuar dentro das comunidades e regular relações sociais é, ao mesmo tempo, produto, produtor e regulador da violência (p. 57).

Na introdução o autor argumenta sobre o caráter negociado das condições de vida e morte no Brasil, denominado por ele de “soberania por consenso”. A ideia hegemônica do poder soberano – definido como o controle sobre o direito de matar – sustenta a forma na qual atuam muitas polícias no mundo. Em virtude do poder soberano, os Estados decidem os termos de vida e de morte da população. Desse modo, quem vive e quem morre cotidianamente demarca efetivamente qual o valor dessas vidas. Ao assim agir, a polícia reproduz e consolida a ordem social, como já tem sido discutido por outros autores (p. 5), mas o argumento do autor aqui é que muitas destas ideias são desafiadas pela realidade no Brasil. Nesse caso, o exercício e as práticas cotidianas de uma “soberania por consenso” estabelecem o direito a matar como uma prática que vem de dois grupos violentos: a polícia e o PCC.

Assim, no universo da segurança pública, as “margens” – urbanas e geográficas – definem e configuram vários aspectos “do centro”. Neste caso, facções do tráfico como o PCC são produto das chamadas “margens” ou marginalidade. Desse modo, argumenta o autor, devemos analisar o PCC no seu papel marginal e “marginalizador” (*marginalizing*) para entender como “as margens” navegaram para o centro do controle social (p. 9).

A soberania por consenso significa que a segurança tem caráter imperecível e tem períodos de crise. Nesses períodos de crise, as fronteiras da violência se rompem e as definições de vida e morte se modificam, reformulando assim quais são os homicídios permitidos (*acceptable killings*), ou seja, a figuração de quem pode matar e quem pode morrer se expande (p. 13). Em São Paulo, rupturas assim ocorreram em 2006 e 2012. Os padrões de morte e as práticas policiais se modificaram, revelando assim adaptações tanto individuais quanto ocupacionais.

Em geral, os policiais operam com crescente insegurança, o que afeta seu trabalho e suas emoções, sobretudo nestes momentos de ruptura, nos quais a sua vulnerabilidade – dentro o fora do trabalho – é mais exposta e gera também mais violência. Em outros países, os policiais que investigam homicídios fazem parte de uma elite em sentido técnico, logístico, tecnológico e simbólico. No Brasil, os policiais trabalham com deficiências em todos esses campos, conformando um grupo profissional que sofre pela desmotivação, baixos salários, condições perigosas de trabalho e escrutínio midiático. Paralelamente, os policiais de homicídios, quando acionados, demoram a chegar na cena do crime (muitas vezes contaminada por inúmeras pessoas antes deles chegarem), trabalham com poucas provas materiais, limitações para efetuar perícias científicas, assim como um fluxo de casos esmagador. O judiciário, tanto em suas interpretações oficiais (legais) como informais (subjetivas), afeta o trabalho dos policiais de homicídios. No primeiro caso, por exemplo, a legislação tem que ser interpretada com base na classificação entre homicídio ou resistência, ou, no segundo caso, o desejo (ou não) de se responsabilizar por um caso particular, mas, em geral, Denyer afirma que os policiais de homicídios têm uma ampla

capacidade de discricionariedade (p. 40). Sendo assim, em geral, o desenvolvimento ou não dos casos vai depender do interesse dos policiais, do escrutínio das circunstâncias do homicídio ou da resistência, da procura nos detalhes e da insistência ao longo do tempo para resolver o crime, embora o recurso mais importante para o trabalho dos policiais de homicídio seja a sua bússola moral (*moral compass*) (p. 89).

Segundo o autor, a Divisão de Homicídios da Polícia Civil de São Paulo investiga dois tipos de homicídios: o primeiro, em que o autor do crime é desconhecido, e o segundo, quando a polícia é autora do homicídio, ato que em São Paulo é conhecido como “resistência seguida de morte” ou “resistência” (classificação que passou a ser de “morte decorrente de intervenção policial”). Essas formas de morte revelam os dois principais meios violentos de se instaurar ordem social que conformam a rotina dos homicídios na cidade (p. 6), acontecendo dentro de um marco urbano, espacial e político que as tornam aceitáveis (p. 29). Fugindo de uma “soberania” na sua definição formal – na qual o Estado tem autoridade absoluta – as práticas aqui apresentadas revelam mediação, negociações e arbitrariedades entre a polícia e o crime organizado.

No primeiro tipo, a polícia assume que o PCC é o responsável, mesmo sendo desconhecido o autor do crime. A frequência desses homicídios faria parte da lógica e da autoridade do PCC em regular a vida e a morte em territórios definidos da cidade, e assim a polícia considera essas circunstâncias como normais e previsíveis. A morte nas mãos do PCC pode ser investigada com menos diligência, assumindo que o morto é um bandido da pior espécie, uma vez que o PCC mata, supostamente, quem teria feito algo para merecê-lo (p. 69), ou seja, a pessoa em questão teria desafiado as regras morais dos dois mundos. Matando aqueles que são percebidos como irrecuperáveis, o papel do PCC não é contestado pelo Estado (p. 97).

Por outro lado, as “resistências” são abordadas sob o pressuposto de culpabilidade do morto e inocência do policial que o matou. Os policiais de homicídios investigam se a resposta foi apropriada ou não, sendo que se guiam por noções morais sobre quem merece ou não morrer (*deservedness of killing*), inspirados em um senso comum construído por sinais e circunstâncias do crime mas também por imaginários sociais compartilhados socialmente. Neste sentido, uma das figuras mais marcantes no Brasil é a dicotomia entre o trabalhador e o bandido. O bandido e o trabalhador como figuras opostas são analisados aprofundadamente nos seus conteúdos morais. Uma ressalva pode ser feita na análise de Denyer: os dois – embora sendo, sim, antagônicos – são também figuras disputadas. O bandido ou o trabalhador são papéis negociados e, às vezes, negados aos olhos da polícia e dos moradores. Por um lado, a polícia tem argumentado, em casos de resistência, que a carteira de trabalho foi “plantada” no bandido por moradores. Por outro, moradores têm argumentado que a polícia não faz distinção entre bandido e trabalhador. Ou seja, o horizonte de narrativas e imagens ligadas ao trabalhador

e ao bandido não é necessariamente claro e dissociado na prática, mas reflete ideias, valores e moralidades da polícia e da sociedade. Desse modo, o autor recalca que os policiais de homicídios, em grande parte dos casos, estão inclinados a pensar que “bandido bom é bandido morto”. No seu trabalho, o policial de homicídio é responsável por arbitrar a pertinência ou não da morte: onde localizar a ação imoral ou defender a vida própria é uma linha muito fina (p. 87).

Mas, em face da insegurança do trabalho policial – com ou sem a farda – nos casos de “resistências” o policial se considera também como uma vítima. Assim, o detetive de homicídio pensa na necessidade de se defender como uma resposta natural e correta. Por exemplo, quando os policiais fazem sua primeira “resistência”, eles estariam especialmente sensíveis ao nervosismo, reatividade e impulso.

Por outro lado, Denyer destaca o papel especialmente violento das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e a problemática situação da própria polícia socorrer o indivíduo ferido e levá-lo ao pronto socorro (o que muitas vezes gerava situações abertamente ilegais e imorais) ou deixá-lo no local enquanto se espera o Samu. Essas situações têm sido alvo de novas práticas de comunicação nos meios sociais da *web*, com vídeos de pessoas feridas ou morrendo à espera de ajuda médica, além de abusos por parte dos policiais.

Assim, em um primeiro momento, a polícia e o crime organizado parecem conformar dois lados opostos, antagonistas e polarizados, dissociados por suas práticas, valores e lógicas. Mas, argumenta o autor, empiricamente, suas lógicas cotidianas revelam uma sobreposição de noções, valores e percepções de quem merece morrer que conformam o paradigma moral inquestionável que legitima a vida e a morte entre estes dois lados. Essas lógicas e práticas, associadas aos homicídios tanto na polícia como no PCC, não questionam este horizonte moral – ao contrário, conformam o consenso (que o autor denomina *the killing consensus*, o consenso para matar). Esse consenso é sustentado cotidianamente através de práticas e limites reconhecidos mesmo diante da ausência de uma comunicação formal entre os dois lados. Assim, a violência, os homicídios e a segurança são regulados por um paradigma comum no acordo implícito de certas premissas sobre quem pode morrer, e sob quais condições (p. 31). Esses dois marcos morais convergentes ditam quem pode e merece morrer. Sendo assim, no processo de governança desses grupos, a morte é posta como uma forma primordial de castigo e regulação moral, a mesma que constrói a ideia de quem merece morrer (*deservedness of death*).

Os policiais de homicídios trabalham sob uma grande dose de pressão: de um lado, da população e de setores que defendem os direitos humanos, reclamam *accountability* e pedem menos violência policial; de outro, de setores da sociedade que defendem essas mortes como única solução contra a criminalidade na cidade. Dessa forma, a lógica policial também revela um conjunto de valores e moralidades compartilhadas em um espectro social mais amplo.

Na ausência do Estado para garantir a segurança pública, o PCC tem assumido esse espaço substituindo assim um serviço do próprio Estado ao encontro de um mesmo campo no horizonte moral e institucional (p. 97).

Além do mérito empírico da obra, com um rico trabalho de campo, a força do livro reside na desconstrução da dicotomia entre o Estado e o crime organizado, revelando assim como as duas estruturas se desenvolvem e se adaptam segundo um horizonte de moralidades comuns, com lógicas sobrepostas e valores que não desafiam o círculo vicioso do crime. Assim, a etnografia de Denyer convida a refletir sobre toda a problemática, não se limitando apenas a São Paulo, mas incorporando dinâmicas semelhantes em outras grandes cidades, como o Rio de Janeiro.

Através de uma narrativa etnográfica, construída com descrições detalhadas, algumas fotografias, casos e situações, além de um olhar sensível e analítico, o autor propõe uma história envolvente de uma violência sistêmica e historicizada, na qual a polícia e o crime organizado compartilham um conjunto de valores e moralidades sobre quem merece morrer. Mas Denyer não procura apenas denunciar a violência da polícia ou do crime organizado por si só: ao invés disso, ele expõe a complexidade da questão, na qual não há figuras puras, e sim um coletivo de pessoas atuando, respondendo e se adaptando às circunstâncias – geradas e geradoras – de violência no Brasil. De onde se produz o delicado balanço dos modos de administrar a vida e a morte no Brasil.

RESENHA DE: WILLIS, Graham Denyer. (2015), *The killing consensus: Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Berkeley, University of California Press.

SARA LEÓN SPESNY (sara.leonspesny@ehess.fr) é doutoranda da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, França) e pesquisadora do Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (Iris) da EHESS. É mestre pela EHESS e graduada em antropologia pela Universidad de Costa Rica (UCR, Costa Rica).